



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Impacto na crise atual do financiamento de gastos improdutivos com dívida pública			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Helder Gomes	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este artigo procura dialogar com uma das últimas produções do Prof. Reinaldo A. Carcanholo acerca das categorias de capital fictício e lucros fictícios. Em seus textos mais recentes, o autor procurou avançar no desenvolvimento dessas categorias, tratando de temas específicos, como o caso das consequências da dívida pública voltada para financiar gastos improdutivos, mais precisamente gastos militares. Segundo ele, essa forma de financiamento resultaria na reprodução, em larga escala, da riqueza fictícia de segunda ordem, considerando esta inconversível (em sua totalidade) em riqueza real. No entendimento de Carcanholo, os gastos militares financiados por dívida pública constituem criação de uma riqueza fictícia pelo Estado, a qual, uma vez destruído o material bélico, aparece como resíduo acumulado na forma de capital especulativo, mas apenas como um poder de comando, como um direito, que em sua totalidade não possui correspondência com qualquer riqueza material. Carcanholo chama a atenção para o papel dessas modalidades de financiamento dos gastos militares no contexto das crises atuais e a proposta deste artigo é, exatamente, debater este tema no sentido de aferir o quanto a reprodução da riqueza fictícia não conversível, na forma tratada por Carcanholo, ao mesmo tempo que pode se contrapor à queda das taxas de lucro real, posterga uma solução para as crises dentro da ordem do capital, agravando a instabilidade econômica em nível mundial.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Capitalismo contemporâneo; crises; capital fictício; lucros fictícios			
ABSTRACT			
KEYWORDS			
EIXO TEMÁTICO			
Marx contra a economia política			

Introdução

Este texto procura ser uma espécie de homenagem. Desde os anos 1990, pelo menos, Paulo Nakatani e Reinaldo A. Carcanholo passaram a se dedicar mais intensivamente, em Vitória-ES¹, na busca de elementos analíticos mais precisos para a explicação deste momento de crises no capitalismo mundial. Isso por si já indica, de um lado, que a atual crise econômica mundial não é um fenômeno novo (pós 2008, como querem alguns) e, de outro, que ainda há muita controvérsia sobre sua explicação, o que tem exigido um progressivo e intenso esforço de elaboração teórica desses desbravadores de um terreno quase virgem: a categoria *capital fictício* a partir de Marx. Esses dois professores desenvolveram uma perspectiva inovadora em termos de interpretação das relações do capital na atualidade, especialmente ao sugerir a necessidade de distinguir a atual etapa da acumulação capitalista em relação ao período que se estendeu desde o final da Segunda Grande Guerra até meados dos anos 1970. A inovação proposta está em considerar não apenas as marcas da chamada *Globalização*, com todas as consequências da reestruturação produtiva, ou pelas experiências de aplicação das políticas de cunho neoliberal, para qualificar os tempos atuais; mas, sim, pelo o que consideram a característica fundamental do atual estágio de evolução capitalista: a dominação do *capital especulativo parasitário* sobre todas as demais formas de capital.

Cabe destacar, que os autores que iniciaram este debate não entendem a especulação parasitária como uma novidade do presente. O que há de novo é o caráter especial desta etapa de acumulação de riquezas, em que se reproduz uma intensa dominação do capital fictício sobre as demais formas de capital, em todo o mundo sob a ordem capitalista, especialmente a partir da estagnação econômica iniciada no final dos anos 1970. Isso significa que a lógica de expansão capitalista se estrutura, atualmente, a partir da produção fictícia de riqueza e na apropriação centralizada de lucros fictícios (a grande inovação das teses apresentadas nos textos), subordinando aos seus interesses todas as outras formas de acumulação (juros, renda da terra, lucro da produção, lucro comercial etc.).

As principais inquietações dos pesquisadores (Carcanholo e Nakatani) envolviam o que consideravam limites das interpretações de economistas marxistas para a crise econômica que se aprofundava desde as décadas anteriores. O primeiro obstáculo encontrado por estes dois pesquisadores se constituía em tratar das teorias da crise do capital num momento em que o mundo socialista do Leste Europeu se desmoronava completamente, e no mesmo instante em que vigorava uma forte divulgação da supremacia do capitalismo, concebido como o ápice do processo de

¹ Desde o início dos anos 1990 os dois professores passaram a integrar o corpo docente do Departamento de Economia da UFES, a partir do qual criaram junto com outros/as docentes o Programa de Pós-Graduação em Economia e o Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. O professor Reinaldo Carcanholo faleceu recentemente.

evolução humana². Contudo, esta era uma dificuldade apenas para as relações exteriores ao pensamento marxista.

No campo da Economia Política Crítica, tratava-se de superar alguns limites internos, em especial no que tange à leitura mais ortodoxa da obra de Marx, apontando para a necessidade de alguma atualização dos conceitos embrionariamente desenvolvidos em *O Capital*. Quanto a isso, é bom destacar, os autores deixaram desde o início marcada a perspectiva de que as categorias dialéticas devam ser sempre consideradas em processo de transformação, e não como definições acabadas, prontas para serem utilizadas a qualquer tempo e espaço. Se os fenômenos sociais são, por natureza, dinâmicos, em contínua metamorfose, as definições não conseguem capturá-los, interpretá-los, com a devida precisão. Daí a perspectiva de superação dialética de alguns entraves à construção processual do conhecimento sobre as crises capitalistas atuais sob a ótica marxista.

Este artigo procura dialogar com as ideias desses autores. Em especial, procura-se aproveitar dos ensinamentos das últimas produções do Prof. Reinaldo A. Carcanholo, acerca das categorias de riqueza fictícia, lucros fictícios e capital fictício, quando o autor procurou avançar no seu desenvolvimento, tratando de temas específicos, como o caso das consequências da dívida pública voltada para financiar gastos improdutivos, mais precisamente gastos militares. Segundo ele, essa forma de financiamento resultaria na reprodução, em larga escala, da riqueza fictícia de segunda ordem, considerando esta inconversível (em sua totalidade) em riqueza real. No entendimento de Carcanholo, os gastos militares financiados por dívida pública constituem criação de uma riqueza fictícia pelo Estado, a qual, uma vez destruído o material bélico, aparece como resíduo acumulado na forma de capital fictício (especulativo), ou seja, apenas como um poder de comando, como um direito, que em sua totalidade não possui correspondência com qualquer riqueza material. Carcanholo chama a atenção para o papel dessas modalidades de financiamento dos gastos militares no contexto das crises atuais e a proposta deste artigo é, exatamente, debater este tema no sentido de aferir o quanto a reprodução da riqueza fictícia não conversível, na forma tratada por Carcanholo, ao mesmo tempo em que pode se contrapor à queda das taxas de lucro real, posterga uma solução para as crises dentro da ordem do capital, agravando a instabilidade econômica em nível mundial.

O aproveitamento dessa abordagem encontrada nos últimos escritos de Carcanholo se traduz neste texto, numa compreensão da crise mundial em pelo menos três dimensões. São elas: a dimensão da sequência de crises cíclicas, de superprodução de capital, provocada pela elevação da composição orgânica do capital e, conseqüentemente, pela queda tendencial da taxa geral de lucros; a crise de

² A difusão entusiástica das elucubrações de Francis Fukuyama, em seu *O Fim da História*, era apenas uma dessas manifestações no meio acadêmico naquele período.

esgotamento do padrão de acumulação vigente; e, a crise sistêmica, no sentido da senilidade do próprio capitalismo como modo de produção.

Antecedentes

A quebra do padrão monetário internacional no início dos anos 1970 foi um marco fundamental no final do áureo período da reconstrução após a Segunda Guerra Mundial. A partir dali, combinaram-se vários fatores, os quais tornavam muito mais evidentes as contradições do processo de acumulação, que culminava na explicitação de uma superprodução de capital e, conseqüentemente, perda de dinamismo do sistema, manifestas mais concretamente na queda generalizada das taxas dos lucros com a produção (fenômeno presente desde o final da década anterior).

Essa superprodução só poderia ser resolvida com a destruição de parcela substantiva do capital centralizado nas grandes potências capitalistas. As guerras mundiais resolveram isso no passado remoto, mas, naquele novo momento, as soluções bélicas colocariam em risco a própria reprodução da humanidade, o que tornou ainda mais difícil a solução do problema. Volta-se, assim, à velha tática capitalista: uma vez colocada a dificuldade de se encontrar espaços ampliados para a valorização do capital, em termos produtivos ou via comercialização, as unidades de capital tendem a direcionar-se para a especulação. Foi o que aconteceu a partir dos anos 1970.

As alternativas de aplicação especulativa não tardaram a se multiplicar. Com a quebra das paridades monetárias de *Bretton Woods*, ampliavam-se as transações de apostas internacionais sobre as cotações futuras das diversas moedas em relação ao dólar estadunidense e, ao mesmo tempo, as finanças públicas da maioria dos países, gradativamente, foram *capturadas* pela lógica da securitização do endividamento externo. Criava-se, desse modo, um círculo vicioso de especulação, alimentado de forma fictícia pela dívida das diversas nações do planeta e pelas mais variadas formas de emissão de títulos secundários e derivativos, afastando cada vez mais os preços dos papéis de qualquer lastro na produção de riquezas materiais.

Esse movimento vicioso de apostas especulativas passou a ser vulgarmente divulgado por diversas acepções. *Ciranda financeira mundial*, *globalização financeira*, *financeirização*, foram algumas dessas novas designações, muito utilizadas, inclusive nas instâncias acadêmicas. Esse comportamento acadêmico, aliás, aparece normalmente na multiplicação de novas terminologias, porém, não escapa de deixar inúmeras lacunas quando considerado algum rigor teórico.

Diante de formas um tanto imprecisas de denominação de um fenômeno tão marcante, o que passou a incomodar mais Carcanholo e Nakatani foi o uso generalizado do termo *capital financeiro*, em

especial quando para se referir à categoria marxiana de capital fictício. A recuperação deste conceito, pouco explorado, pouco investigado, foi, sem dúvida, a mola mestra do esforço teórico a que esses pesquisadores se dispuseram a realizar.

Ampliar os horizontes de desenvolvimento das categorias riqueza fictícia e capital fictício passou a ser o instrumento analítico fundamental das novas descobertas. A partir delas, Carcanholo e Nakatani (1999) puderam interpretar melhor as crises capitalistas, concebendo-as não como um problema em si, mas, como uma intenção, ou uma tentativa, de solucionar um problema estrutural que surge no capitalismo a cada período. E qual seria o problema estrutural, que abalaria os alicerces do capital na virada para os anos 1970? Respondem: a redução da rentabilidade do capital produtivo e a busca por compensar a perda de oportunidades de valorização, pela via da especulação, movimento ampliado exponencialmente após a quebra do padrão de *Bretton Woods*. Fenômeno sem precedentes, por tornar o endividamento generalizado, a securitização dessas dívidas (em especial dos Estados nacionais), a especulação sobre preços futuros, entre outras apostas daí derivadas, em alavancas para uma intensa dominação do capital fictício sobre o capital produtivo e as demais formas autonomizadas de capital.

Críticas a essas formulações iniciais não faltaram. Não é difícil constatar ser imanente o caráter da especulação em grande escala desde a origem histórica do capital monopolista, portanto, nada haveria de novo no processo de acumulação: o capital sempre foi especulativo, afirmam os críticos. Os próprios autores das teses iniciais sobre a dominação do capital especulativo parasitário viam nelas um potencial analítico que precisava ser melhor investigado, exigindo, inclusive, a busca de diálogo e de cooperação analítica com outros pesquisadores marxistas.

Sucedeu, assim, a cada crítica, nova necessidade de precisar melhor as elaborações apresentadas inicialmente. Mas, não apenas isso. Na medida em que avançavam os estudos e as parcerias de trocas de impressões e mesmo de investigação conjunta, novas formulações e novas categorias foram surgindo, enriquecendo assim o processo de pesquisa e seus resultados.

De pronto, tratava-se de explorar o processo de desmaterialização da riqueza sob a ordem capitalista. Entender mais precisamente a produção de riqueza fictícia e os vários artifícios utilizados para sua apropriação desigual passaria pela apreensão analítica de que o desenvolvimento capitalista significou a criação de formas avançadas de relações sociais. Nestas, tanto o dinheiro como o próprio capital (forma de expressão de uma relação social específica), se apresentam predominantemente desmaterializados em sua manifestação concreta, fenômeno que ganha ainda mais significado na atual etapa capitalista.

Isso resulta de um intenso processo de substantivação do valor, no qual cada vez mais importa menos a forma material da riqueza (bens e serviços, dinheiro em espécie, fábricas etc.) e cresce intensivamente a relevância social do poder de comando de algumas frações de classe sobre a riqueza estocada e, de forma especial, sobre uma riqueza que supostamente possa ser (ou não, importa cada vez menos) produzida no futuro.

Nessa mesma linha de investigação, tratou-se de explicitar o duplo caráter da riqueza fictícia e sua correspondência com as formas distintas de especulação. Segundo os autores, a riqueza fictícia aparece como se fosse uma riqueza real, ou melhor, se a aparência é, também, uma dimensão da realidade, esta forma de riqueza é fictícia e real ao mesmo tempo. Considerada isoladamente, uma unidade de capital fictício pode realizar a (uma) parcela de riqueza fictícia sob seu comando. Isto é, do ponto de vista da aparência (individualmente), uma parcela da riqueza fictícia pode ser trocada por uma mercadoria tangível qualquer (bens de consumo, fábricas etc.). Dito de outra forma, no processo de circulação, cada novo detentor do direito outorgado pela posse de um título (que representa uma unidade de riqueza fictícia), isoladamente, poderia trocá-lo por qualquer outra mercadoria (riqueza real).

Agora, se considerada num contexto mais amplo (para além da troca isolada), a riqueza fictícia se revela enquanto tal. O título é um direito e pode passar de mão em mão, sendo transferido ininterruptamente, a cada transação individual. Pode, portanto, ser transferido, mas não pode ser consumido, utilizado materialmente. Sua destruição, como um direito, ocorreria apenas com o fim da crença de que seu detentor poderia convertê-lo no futuro numa riqueza real qualquer. Vendo a coisa de uma perspectiva ainda mais ampla, percebe-se que a riqueza fictícia, em seu conjunto, em sua totalidade, não encontra correspondência material para sua realização efetiva. Existe apenas como um poder de comando sobre uma riqueza futura prometida, o qual não assegura que será produzida em qualquer momento adiante.

A produção da riqueza fictícia tem, portanto, uma lógica de reprodução em si mesma, que depende da crença generalizada em sua capacidade de seguir se reproduzindo. Basta certo nível de descrença, em determinado momento, para colocar todo o *castelo de cartas* em risco. Por isso, as próprias relações do capital encontraram formas de administrar, há décadas, a atual crise econômica mundial, criando toda sorte de instrumentos especulativos, o que significa a manutenção de um sistema que multiplica, em escala exponencial, direitos fictícios sobre uma riqueza que, supostamente, seria produzida num futuro que ninguém sabe quando irá chegar.

Por isso, reafirmam os autores que introduziram o tema da requalificação do capital fictício, não se trata apenas da criação de alternativas para a aplicação dos lucros e rendimentos de toda natureza. Trata-se, na verdade, de um momento histórico do processo de acumulação capitalista, no qual o

capital especulativo parasitário, fundado na produção de riqueza fictícia, em escala exponencial, domina as decisões sobre toda a atividade econômica, ao mesmo tempo em que impõe as políticas macroeconômicas que devem ser seguidas pelos governantes; garantindo, assim, a ampliação do endividamento público e a liberalização dos controles sobre o livre trânsito dos fluxos da especulação.

O mais importante dessas formulações foi o desenvolvimento das pesquisas rumo à conclusão de que a dupla dimensão da riqueza fictícia resultaria em uma distinção significativa nas formas de especulação. A especulação tradicional (endividamento voltado para o consumo produtivo, por exemplo) resulta em direitos fictícios factíveis de uma conversão completa em riqueza material, no entanto, a especulação parasitária tem como consequência a produção de uma riqueza fictícia que, em sua totalidade, não consegue espaço para uma realização em matéria.

Lucros fictícios e dívida pública

A grande inovação que resultou da busca de maior rigor teórico e precisões categóricas pelos nossos pesquisadores surgiu com a noção de lucros fictícios. E surge exatamente para responder a uma posição crítica fulminante: a análise empírica do período posterior à crise da dívida dos anos 1980 demonstrava a recuperação da rentabilidade do capital organizado a partir das grandes potências imperialistas, o que seria um obstáculo à utilização da lei da tendência à queda da taxa de lucros para explicar aquele estágio do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Assim, o que antes estava apenas implicitamente contido na abordagem sobre a nova dinâmica do capital fictício, veio à tona como a explicitação de uma descoberta: a relativa recuperação da rentabilidade do capital, observada empiricamente por alguns autores marxistas, não poderia ser explicada apenas pelo aumento da taxa de exploração, como resultado da reestruturação produtiva, mas, também, e muito mais influenciada, pela expansão exponencial da produção de riqueza fictícia como consequência de uma dimensão distinta da especulação tradicional. Com isso, o sistema se reproduz sob constante ameaça.

A rentabilidade foi recuperada, mas a instabilidade permanente em níveis ainda mais preocupantes para os gestores governamentais das relações do capital. A especulação parasitária (com câmbio, com taxas de juros etc.), cria constantemente a redução na credibilidade sobre a sustentação do sistema no longo prazo. Foi possível assim, traçar alguns cenários (CARCANHOLO; NAKATANI, 2006), que resultariam de estágios factíveis da luta de classes daqui para diante e da capacidade do Estado Capitalista, em suas várias manifestações regionais, em controlar o avanço dos movimentos contestatórios em franco momento de ascensão em vários países.

As nações latino-americanas, por exemplo, passaram por intenso processo de desnacionalização da produção. Isso ocorreu em meio à difusão de um emaranhado de transações especulativas e de operações de *hedge*, envolvendo agências públicas e privadas de financiamento, fundos de pensão, seguradoras, fundos de participação públicos e privados (*seed capital*, *venture capital* e *private equity*), os quais atuam em fusões e aquisições de empresas, alterando radicalmente as relações patrimoniais nesses países em favor do capital organizado a partir das grandes potências mundiais em crise.

De outro lado, a grande volatilidade do domínio da especulação e o alto risco de quebra sistêmica da credibilidade trazem grandes dificuldades para o controle macroeconômico. Na medida em que os Estados nacionais passaram a atuar subsidiariamente, garantindo via dívida pública a produção e o controle da riqueza fictícia de forma centralizada, acumulam-se os problemas de financiamento dos orçamentos fiscais e aqueles oriundos dos crescentes déficits na conta corrente dos balanços de pagamentos. Situação essa ainda mais agravada no caso dos países dependentes, capturados pela armadilha do endividamento e, também, tendo que administrar as consequências da elevação fulminante das remessas de lucros e dividendos ao exterior, como resultado da desnacionalização produtiva. Resulta daí um forte apelo pela redução dos gastos fiscais afetando diretamente várias frações das classes sociais desprotegidas pelo movimento de especulação.

Ao mesmo tempo em que os Estados Nacionais se mostraram incapazes de garantir um padrão mínimo de proteção social às classes trabalhadoras, colocou-se em marcha, quase uniformemente, a substituição dos sistemas públicos de previdência social pelos fundos de pensão privados, que passam a depender em boa medida das aplicações especulativas, abastecendo ainda mais a corrida pelos títulos derivativos em escala global.

Diante de tal quadro de acirramento das contradições do capitalismo, cujas soluções buscadas até então trouxeram ainda mais vulnerabilidades e instabilidades, a abordagem mais empírica aponta para a reflexão de que vem por aí uma situação que pode ser ainda mais grave. Mesmo que seja possível uma grande alteração no atual padrão mundial de acumulação, de modo que novas forças capitalistas consigam uma solução para essa longa crise de superprodução de capital, isso significaria, de um lado, queimar boa parte do capital centralizado, o que exigiria a destruição da maior parte da riqueza fictícia controlada por grandes especuladores em nível mundial. Porém, de outro lado, seria necessário também impor uma derrota maior ainda sobre as classes trabalhadoras, adotando um regime mais rigoroso de superexploração do trabalho, movimento colocado em marcha de forma preliminar inclusive nos países centrais, com a destruição gradativa do chamado *Estado de Bem Estar Social*. O resultado de tais embates dependeria da solução dos problemas derivados do poder geopolítico centralizado em nível internacional e da capacidade das relações

capitalistas em montar um novo processo de regeneração produtiva, impondo uma derrota à dimensão especulativa da acumulação. Mas, não é só isso. Além dos limites impostos pela escassez de recursos naturais estratégicos, a saída capitalista para a crise atual dependeria também das classes trabalhadoras suportarem um novo regime de superexploração, especialmente após as experiências europeias nos chamados anos dourados do capitalismo.

A perspectiva de ampliar o grupo de pesquisadores sobre o tema da requalificação do capital fictício alcançou o professor Maurício Sabadini em sua etapa de conclusão do doutoramento em Paris. A construção da tese de doutorado, orientada pelo professor Remy Herrera, outro parceiro importante na troca de impressões sobre o tema, caminhava também na direção dos estudos sobre o desenvolvimento do capital fictício na atualidade, o que levou Sabadini a aprofundar a categoria de lucros fictícios com Reinaldo Carcanholo, numa nova etapa das pesquisas.

Estes dois autores retomam primeiramente a explicitação da necessidade de distinção entre capital a juros e capital fictício (CARCANHOLO; SABADINI, 2009). Essa é uma condição para se entender que a primeira forma de capital tem a função, entre outras, de financiar a produção e a comercialização, por exemplo; mas, a segunda, se refere a processos totalmente distintos, seja na contagem duplicada do valor patrimonial (ações de uma empresa) ou, no que mais interessa aos autores, na valorização fictícia, que não encontra contrapartida real para sua existência, se reproduzindo tão somente como um direito outorgado pela especulação. Na sequência, Carcanholo e Sabadini se dedicam a detalhar as formas de produção e de apropriação dos lucros fictícios, partindo de uma distinção entre o que consideram como processo de valorização especulativa e o que entendia sobre isso Hilferding, quando desenvolveu sua tese sobre os lucros diferenciais oriundos da especulação. O objetivo, portanto, destes dois autores foi apresentar de forma ainda mais detalhada a afirmação inicial de Carcanholo e Nakatani de que à riqueza fictícia resultante da especulação parasitária não corresponde qualquer parcela da mais valia produzida na realidade. Esse processo fica ainda mais observável, desde que visto de forma adequada, quando considerado o atual estágio de valorização fictícia de capital via mercados de títulos derivativos, onde reina a mais pura especulação.

Gastos improdutivos do Estado

Mais recentemente, Carcanholo havia escrito outros artigos sobre o assunto. Nessas novas peças, o autor procura sintetizar as discussões realizadas entre os pesquisadores, desenvolvendo algumas das ilações específicas antes abordadas no conjunto das proposições sobre o tema. Este tem sido o caso do estudo sobre as consequências da dívida pública voltada para financiar gastos improdutivos do

Estado (como os gastos militares), em especial, sobre a produção de riqueza fictícia e na reprodução do capital especulativo de segunda ordem, aquela dimensão da especulação que produz uma riqueza fictícia inconversível (em sua totalidade) em riqueza real. Segundo Carcanholo (em artigo ainda em fase de publicação), os gastos militares financiados por dívida pública constituem caso bastante ilustrativo, pois, ao destruírem-se as armas, além dos territórios destruídos e das consequências políticas de tal ato, sobra apenas uma riqueza fictícia, criada via dívida pública para o financiamento da fabricação bélica, a qual é acumulada nas mãos dos especuladores, como um poder de comando, como um direito sem correspondência com qualquer riqueza material.

Neste texto específico, Carcanholo traz ainda uma diversidade de elementos relacionando a produção bélica e os gastos militares no contexto das crises atuais. Além de apresentar um elenco de autores, apontando suas convergências e divergências na interpretação do atual momento de crises, o autor oferece um tratamento especial sobre o polêmico tema do trabalho produtivo e improdutivo, a partir de Marx, apresentando a discussão para o caso particular dos elos da cadeia de produção na indústria bélica.

Apesar de centrar suas atenções nos gastos militares, por sua função geoestratégica nos casos das grandes potências imperialistas em crise, Carcanholo aponta (sem desenvolver o bastante) para o crescimento da dívida pública no financiamento dos demais gastos improdutivos do Estado como instrumentos de produção, em larga escala, de riqueza fictícia inconversível em riqueza real. Além da natureza improdutiva dos gastos correntes do Estado e de seus impactos quando financiados por dívida pública, caberia uma atenção maior para aqueles gastos voltados para a própria administração dessa própria dívida: em especial para aquelas parcelas de juros e encargos que ultrapassam à capacidade do Estado financiar com o esforço de superávit primário e a emissão de novos títulos voltados para a rolagem do principal não amortizado com receitas de impostos.

Por esses instrumentos de reprodução da dívida pública em escala ampliada pode-se explicar a recuperação quase instantânea do volume de capital especulativo parasitário queimado na crise de 2008 após as intervenções de salvamento promovido pelos Estados nacionais. Na medida em que crescem em volume os gastos improdutivos dos Estados financiados com dívida pública, e não com impostos, cresce também a armadilha do endividamento, que em si possui mecanismos de sua própria reprodução e que, numa dimensão mais ampla, se torna um dos principais meios de fomento à produção de riqueza fictícia de segunda ordem, pois os títulos públicos securitizados se tornam lastros para todo tipo de reprodução derivada do capital especulativo parasitário.

Frente às crises atuais, as orientações convencionais de política de estabilização monetária definem uma hierarquia de subordinações para as demais políticas de intervenção do Estado. Assim, se constrói uma barreira para a administração dos gastos públicos, tanto no que refere aos

investimentos diretos do Estado (produção e infraestrutura) e à política de financiamento da produção, quanto no que tange às políticas essenciais de formação do mercado de trabalho e de geração de emprego, de educação, de seguridade social, de segurança, de proteção ambiental etc.

A crise atual coloca em xeque as orientações convencionais de política econômica. Elas se contradizem entre a desregulação dos fluxos de capital (investimento direto e linhas de financiamento da produção e do comércio) e a necessidade de algum controle sobre os fluxos especulativos, num ambiente internacional em que muitos desses movimentos se confundem na atualidade das táticas operacionais dos fundos de participação privada e nas políticas diferenciadas de endividamento público (ora para financiar os gastos fiscais, ora para a rolagem da própria dívida).

A administração da dívida pública eleva o grau de dependência da maioria das nações em relação à continuidade de um intenso fluxo de empréstimos internacionais. Isso mantém as políticas monetárias sempre atreladas à necessidade de estabilização e de criação de instrumentos que respondam às exigências de credibilidade (baixo risco), mesmo que fictícia (alto nível de reservas internacionais, muitas vezes associado a um passivo externo elevado), resultando numa armadilha com alto grau de vulnerabilidade externa (incapacidade de responder a movimentos bruscos nos fluxos de crédito internacional). Com isso, cria-se também um grande diferencial nos graus de liberdade na operação das políticas macroeconômicas entre os vários países do globo, a partir do qual vão sendo criados os diferenciais de soberania e de subordinação.

Assim, as agendas governamentais são preenchidas pela necessidade de administração das crises sucessivas por meio de alguma forma de promoção de políticas anticíclicas. A ideologia dos esforços necessários para se alcançar uma suposta situação de *pleno emprego* é continuamente utilizada para justificar a intensa transferência dos fundos públicos para salvar o capital abalado pelas dificuldades em recuperar as taxas de rentabilidade produtiva. São políticas de construção infraestrutural (transportes, energia e telecomunicações), mas, também, a abertura de extensas linhas de financiamento subsidiado (com recursos orçamentários, mas, também, a partir de endividamento público) e, até mesmo, a participação direta do Estado no capital social das empresas privadas, mesmo que temporariamente.

Outras considerações

Estamos diante, portanto, de uma experiência exitosa e inovadora no campo do desenvolvimento recente da dialética do valor proposta por Marx no século XIX. A categoria de capital fictício embrionariamente apresenta em *O Capital*, ganhou a partir dos trabalhos de Carcanholo, Nakatani e

seus parceiros uma nova perspectiva, não porque os autores resolveram sem mais nem menos revisar a obra marxiana, mas, porque a realidade capitalista continua o seu processo de transformação, exigindo sua compreensão em outro patamar, numa outra etapa da acumulação capitalista.

Para os limites deste artigo cabe assinalar a importância das contribuições desses autores para o entendimento de como a armadilha da especulação parasitária cria a ilusão de uma solução apenas momentânea e imediata para a crise. Capturada por essa armadilha, a economia mundial tem se reproduzido numa escala ampliada de instabilidades, elevando cada vez mais os riscos de uma hecatombe ainda mais violenta que as anteriores, pelo menos para as camadas mais desprotegidas e sem acesso às salvaguardas do Estado. E isso permite uma análise diferenciada para a crise atual, na medida em que demonstra a necessidade de percebê-la em várias dimensões.

No capítulo *Riqueza fictícia e a grande depressão do século XXI*, de um livro lançado recentemente, Carcanholo (2013) defende que a crise atual não pode ser explicada como uma crise cíclica elementar, mas que se trata do início do colapso de uma etapa particular do capitalismo. Parece haver, na verdade, uma grande confusão metodológica quando se observa o debate aberto entre marxistas sobre a crise atual e, a título de contribuição, esta pode ser uma boa oportunidade para se pensar as crises como um fenômeno multidimensional a partir da dialética do valor.

Partindo da contradição entre as formas de produção e de apropriação da riqueza capitalista, é possível observar, de um lado, que a busca incessante pela apropriação da mais-valia extraordinária, via elevação da força produtiva do trabalho, tende a elevar a composição orgânica do capital (c/v) e, por conseguinte, a reduzir a capacidade de reprodução ampliada do capital em termos contínuos, situação externalizada na queda tendencial da taxa geral de lucro.

A contradição se acirra no momento em que as chamadas políticas anticíclicas se revelaram insuficientes para a solução das crises e esta passa a se prolongar em décadas. Logo, o capital utiliza toda a sua criatividade em busca de alternativas de valorização e, nessas horas, a produção de riqueza fictícia por meio da especulação de alto risco sempre aparece como opção mais fácil. Até aqui nenhuma novidade em relação às crises no capitalismo em geral.

O que torna este momento diferenciado, afinal? A distinção da atual etapa da acumulação capitalista não pode ser considerada apenas pelas marcas da chamada *Globalização*, pelas consequências concretas da reestruturação produtiva, ou pela difusão em escala planetária das políticas de cunho neoliberal. Trata-se efetivamente de um momento distinto, mas, fundamentalmente, pela dominação exercida pelo *capital especulativo parasitário* sobre todas as demais formas de capital (CARCANHOLO; NAKATANI, 2006). Não que a especulação parasitária seja uma novidade do

presente, mas que esta ganha um caráter especial nesta etapa de acumulação de riquezas, onde o capital *abusa* cada vez mais de sua criatividade na produção de riqueza fictícia, a partir da multiplicação de títulos derivativos e toda sorte de apostas sobre a variação futura de taxas de câmbio, de taxas de juros, de preços de commodities, para citar apenas as *jogadas* mais preferidas pelos *global players* na *ciranda* mundializada³. Isso foi possível, especialmente, a partir da quebra do padrão monetário internacional (padrão dólar-ouro, fixado pelo acordo de *Bretton Woods*, em 1944) na virada de 1971-72 e da estagnação econômica ainda mais explicitada no final daquela década, permitindo-se, assim, a multiplicação dos fluxos especulativos sobre o devir da economia mundial.

Nesse intenso processo de substantivação do valor (a valorização a qualquer preço), com base na especulação parasitária, importa menos a forma material da riqueza (a produção de bens e serviços) e cresce exponencialmente o reconhecimento social do poder de comando⁴ (do direito) de algumas frações de classe sobre a riqueza estocada e, de forma especial, sobre uma riqueza que supostamente pode ser (ou não, importa cada vez menos) produzida no futuro. Assim, a riqueza fictícia se reproduz numa lógica em si mesma, e cada vez mais depende da crença generalizada em sua capacidade de seguir se reproduzindo, até que haja algum movimento brusco que abale essa fé, ameaçando o *castelo de cartas* de desabamento (*efeito manada*).

O problema se constitui, de um lado, na instabilidade que o sistema como um todo passa a ter diante de volume tão elevado de especulação e perante a dominação dos circuitos especulativos parasitários sobre as demais decisões econômicas públicas e privadas. Mas, para os objetivos deste artigo, cabe assinalar um efeito multiplicador ainda mais perverso, pois, ao mesmo tempo em que a quebra das paridades monetárias de *Bretton Woods* permitiu a multiplicação das apostas especulativas internacionais, as finanças públicas da maioria dos países foram, gradativamente, *capturadas* pela lógica da securitização do endividamento externo. Isso significou colocar no centro da especulação global um poderoso instrumento criador de riqueza fictícia: os títulos da dívida pública das diversas nações do planeta sendo negociados em mercados secundários e servindo de lastro para operações derivativas de risco elevadíssimo.

A renegociação da dívida pública impõe políticas macroeconômicas que devem ser obedecidas como forma de garantir a ampliação da própria capacidade endividamento em volume crescente.

³ O círculo vicioso dessas apostas especulativas passou a ser divulgado como *Ciranda financeira mundial, globalização financeira, financeirização* etc., designações bastante acolhidas nas instâncias acadêmicas, fugindo do devido rigor teórico, diga-se de passagem.

⁴ O título é um direito que, passando de mão em mão, vai sendo transferido ininterruptamente, mas não pode ser consumido, utilizado materialmente. Seu desaparecimento como valor de uso depende, por isso, da descrença na possibilidade de seu detentor transformá-lo em riqueza real no futuro.

São exigidas assim, a criação de condições econômicas, jurídicas, políticas e ideológicas, para a reprodução da armadilha especulativa, a partir da qual cada vez mais os recursos orçamentários dos governos são destinados à rolagem da dívida pública, cuja dinâmica obedece a avidez pela produção de riqueza fictícia (direitos privados) em larga escala.

Resulta dessa hierarquia de subordinações das políticas públicas a necessidade de *reforma* do Estado. Não houve como suportar as despesas do *Estado Providência* frente aos crescentes gastos com a administração da crise econômica (com as exigências de maior volume de crédito público subsidiado) e com a rolagem da dívida pública. Daí a recepção a-crítica às proposições neoliberais há muito escondidas.

Carcanholo e Nakatani (2006) apontam que a não ser que o futuro guarde uma grande crise (*the big one*), o mais provável é que o capitalismo não consiga impor imediatamente uma derrota definitiva a sua dimensão especulativa parasitária, e que a atual etapa siga ainda por algum tempo a aprofundar a tragédia que começou década atrás.

Equivocam-se os que podem crer na possibilidade de uma nova etapa capitalista de retorno ao “compromisso keynesiano”, com certas concessões aos trabalhadores, mesmo que seja exclusivamente aos de alguns países.

A eventual nova etapa capitalista não poderá fazer concessões aos trabalhadores. Ao contrário, só será possível sobre a base de uma exploração ainda maior. Se a etapa especulativa implica uma grande tragédia para a humanidade (pelo menos para parcela importante da humanidade) e se a transição para uma eventual nova etapa implicará um aprofundamento e uma extensão dessa tragédia, o capitalismo que sobreviver só o fará impondo tragédia superior. Isso é resultado da tendência decrescente da taxa de lucro que, apesar do efeito contrariante dos lucros fictícios, segue vigente e operante e, na eventualidade de uma nova etapa capitalista, com o capital fictício contido dentro de estreitos limites, só poderá encontrar atenuante em um nível ainda maior de exploração do trabalho. A etapa do capitalismo especulativo, se ele sobreviver, só poderá ser substituída pelo *capitalismo funesto* (CARCANHOLO; NAKATANI, 2006, p. 11).

Na medida em que os gastos improdutivos do Estado (gastos correntes, gastos militares e, especialmente, gastos com a própria rolagem da dívida pública) se multiplicaram e passaram a ser financiados com dívida pública adicional, e não com impostos e, por isso, ganharam a função de abastecer os circuitos de valorização fictícia do capital (com títulos fomentadores da produção de riqueza fictícia não conversível em riqueza real), a economia mundial passou a ficar refém da dominação especulativa e parasitária.

O debate entre marxistas sobre as crises parece cada vez mais complicado por confundir as várias dimensões que o tema envolve. Uns trabalham exclusivamente na dimensão cíclica das crises, enquanto outros estão tratando dos problemas inerentes ao esgotamento de determinado padrão de acumulação. Outros, ainda mais ousados, tratam inclusive da possibilidade de um colapso geral

sistêmico, dada a generalização de formas ainda mais rigorosas de superexploração do trabalho, o esgotamento das riquezas naturais etc.

É preciso, analiticamente, separar essas várias dimensões do fenômeno crise capitalista, para que haja um mínimo de coordenação dos debates atuais. Com isso, pode ser possível a compreensão das verdadeiras contradições que afligem o capital na atualidade, considerando seus elementos fundamentais: a luta de classes e as disputas entre as frações dominantes por formas cada vez mais criativas de apropriação da riqueza, mesmo que de forma fictícia, supondo uma produção futura que, sabem, não irá se realizar. Porém, a fé cega generalizada garante a algumas dessas frações dominantes algum poder individual de comando, momentâneo, sobre as decisões atuais.

Referências

CARCANHOLO, Reinaldo A., NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, v. 20, nº 1, p. 264-304. Porto Alegre, junho de 1999.

_____. Capitalismo Especulativo e Alternativas para a América Latina. In: XI Encontro Nacional de Economia Política. **Anais**. Vitória: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2006. Disponível em: <www.sep.org.br>.

CARCANHOLO, Reinaldo A., SABADINI, Maurício de S. Capital fictício e Lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Ano 11, n. 24. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital: essência e aparência**. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.